

0833/79

EXPRESSO

Lisboa

27. OUT. 1979

NOTÍCIAS da AMADORA  
Amadora

Universidade - Opiniões

« RECORTE »  
Apartado 2571

# 201 Educar: formar livremente ou condicionar?

A POLÍTICA da Educação não tem tido em Portugal defensores lúcidos; talvez que as intenções iniciais da reforma do Marquês de Pombal fossem avisadas, mas os resultados não foram brilhantes. A República lançou as bases para a dignificação do ensino que seria espalhado pelo corporativismo, culminando com a crise académica de 1962. Seria porém com o caos post-25 de Abril do gonzalvismo que se perderia a qualidade do ensino e se atingiria o ponto mais baixo do nível escolar. Começaria depois a tentativa de restauração da dignidade do ensino, com a entrada em função dos conselhos científicos e com o trabalho das comissões de reestruturação. Por outro lado o começo de actividades da Universidade nova e da Universidade Católica traria alguma e salutar emulação no campo universitário e traduzir-se-ia na melhoria do nosso panorama cultural. O fluxo de doutoramentos e de agregações restabelecer-se-ia nas escolas e seria o tempo da polémica sobre o estatuto da carreira docente. Durante dois anos debateram-se várias versões do documento e esteve eminente a sua publicação depois de aprovado pelo Governo Mota Pinto. Quanto a nós o mais importante é o problema da estabilidade dos assistentes e do estímulo ao trabalho de investigação e à criação artística ou literária que depende mais do

## LUCIANO RAVARA faz o ponto da situação do ensino universitário português

ambiente e das condições que se proporcionam que de tabelas salariais embora estas necessitem das inevitáveis actualizações. Os assistentes asseguram em muitas escolas cerca de 80% da actividade de ensino e sem eles paralisaria por completo o esforço das aulas. É reconhecido que não se pode exigir que todos se doutorem nem seria útil para a escola uma superpovoação de doutores académicos, mas seria de utilidade que os assistentes de qualidade pudessem passar para a carreira de investigação a criar nas escolas ou trabalhassem em editoriais dependentes quer do Ministério quer dos conselhos Pedagógicos ou Científicos quer noutro tipo de supervisão assistencial, passado o período dos oito anos da lei. A passagem por vias que não a dos concursos de provas públicas dos assistentes a professores como parece ser advogado por algumas correntes e ter defensores no actual Ministério da Cultura será forçosamente o dobre de finados da carreira universitária. Também quanto ao estímulo à investigação

proporcionado pelas autoridades tipo INIC, é indispensável que sob o apoio oficial não transpareçam matizes de censura ou de fiscalização. Os docentes precisam de apoio e de estímulo e devem dedicar-se voluntária e não compulsivamente aos alunos transmitindo-lhes o que de melhor possuem e sabem, numa atmosfera de responsabilidade e de liberdade que não se coaduna com os desejos dos habituais controladores. As tentativas de controlo da Universidade são comuns em vários regimes ou diferentes ideologias, nada têm de novo e não tem entre nós sido sucedidas pelo que não são de temer nem de respeitar.

Educar e investigar são atributos que não se conferem por decreto ou por mercê governamental, mas que existem na alma e na mente de homens livres que querem servir a sociedade e não ser meras correntes de transmissão de culturas estereotipadas.

*Luciano Ravara é Professor da Faculdade de Medicina de Lisboa*